

CORREIO ECONÔMICO

POR MARCELLO SIGWALT



Produção de veículos, de abril para maio, recuou 5,9%

Produção de veículos totaliza 214,7 mil unidades em maio

A produção de veículos teve crescimento de 28,8% em maio de 2025, ante a maio de 2024, chegando a 214,7 mil unidades. Frente a abril, houve queda de 5,9% na fabricação de veículos, entre carros de passeio, utilitários leves, caminhões e ônibus. O balanço foi divulgado nesta quinta-feira, 5, pela Anfavea, a entidade que representa as montado-

Desaceleração

O volume vendido nos cinco primeiros meses do ano foi de 986,2 mil veículos, 6,1% acima do total licenciado no mesmo período de 2024, desacelerando após alta de 14% do ano passado. Ante a abril, as vendas subiram 8,1 com um dia útil a mais do mês passado.

Argentina

As exportações continuam em alta, chegando a 51,5 mil veículos embarcados no mês passado, alta anual de 92,6% e 11,3% acima do total de abril. Desde o início do ano, 213,5 mil veículos foram exportados, elevação de 56,6%, a maior parte com destino para a Argentina.



Saldo da Caixa com consignado é de R\$ 106,3 bilhões

Caixa opera R\$ 1 bilhão em crédito consignado por mês

O presidente da Caixa Econômica Federal, Carlos Vieira, disse que o banco público está fazendo R\$ 1 bilhão em crédito consignado por mês, após ficar quatro anos sem crescer a base. O saldo da carteira de consignado da Caixa foi de R\$ 106,3 bilhões ao final de março, o que representa 75,3% da carteira comercial para

pessoa física. Com relação às contratações no segmento PF, elas somaram R\$ 71,7 bilhões, aumentos de 14,4% na comparação com o primeiro trimestre de 2024. Vieira ressaltou que o 1º trimestre foi bem desafiador para os bancos, incluindo pela necessidade de ajustes a uma nova resolução nº 4.966 do Banco Central.

Lucro de R\$ 5,8 bi

O banco público teve lucro líquido contábil de R\$ 5,8 bilhões no primeiro trimestre, aumento de 133,9% em comparação ao mesmo período de 2024. Vieira ressaltou que há cerca de cinco anos, esse seria o lucro anual da Caixa e agora é de apenas um trimestre.

Queda livre

Os aluguéis residenciais caíram 0,56% em maio, após subirem 0,79% em abril, aponta o Índice de Variação de Aluguéis Residenciais (IVAR), divulgado pelo Ibpe/FGV, nessa quinta-feira (5). O índice teve alta de 5,11% nos 12 meses encerrados em maio, ante um avanço de 5,92% em abril.

Seguridade

A alta do lucro foi influenciada pela oferta de ações da Caixa Seguridade, que movimentou R\$ 1,2 bilhão, dinheiro que foi todo para o banco. Por isso, a Caixa divulgou também o lucro líquido recorrente, excluindo esses fatores extraordinários, que ficou em R\$ 4,9 bilhões.

Viés de baixa

“Em abril, os preços dos aluguéis residenciais desaceleraram, no acumulado dos últimos 12 meses. Uma explicação para o resultado desse mês está associada à forte queda registrada em São Paulo”, avaliou o economista Mathheus Dias, do Ibpe/FGV, em nota oficial.

Estímulo fiscal do governo ‘anula’ efeito da Selic alta

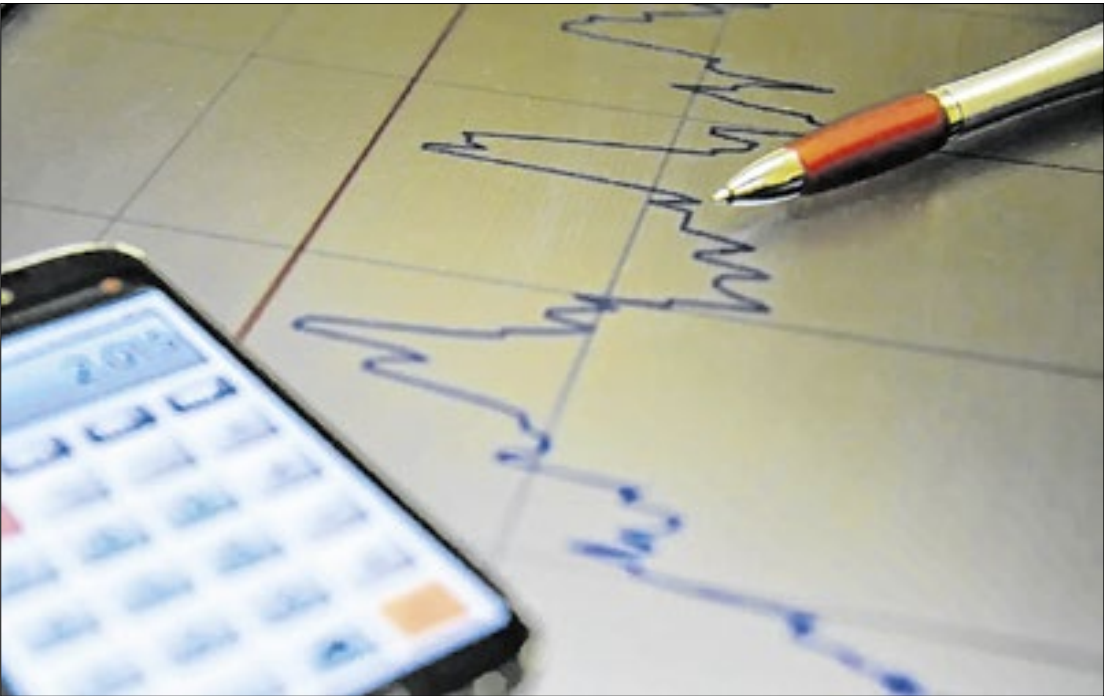
Efeito de juros sobre a atividade aumentou de nove para 16 meses

Por Marcello Sigwalt

Os recorrentes estímulos fiscais (de motivação flagrantemente eleitoreira) praticados pelo Planalto atuam na direção contrária da política monetária, de modo a atrasar, até por meses, os efeitos da Selic (taxa básica de juros) na desaceleração da economia. Mesmo quando tais incentivos não são tão expressivos, ainda assim a alta dos juros perde eficácia.

É o que observam economistas renomados do mercado, para quem o impacto da taxa básica – tanto sobre empresas quanto para consumidores – tende a ser mais lento, atingindo seu ‘potencial máximo’ entre seis a nove meses, após a elevação dos juros a um novo patamar.

Para o economista-chefe da ARX Investimentos, Gabriel Barros, a defasagem da política monetária (nome técnico do fenômeno) pode variar hoje, entre 12 e 16 meses, avanço considerável, se comparado aos nove meses, em 2022, por conta do ‘peso’ do programa Auxí-



Política fiscal perdulária eleitoreira do Planalto praticamente anula eficácia da Selic

lio Brasil, rebatizado depois de ‘Bolsa Família’. “A defasagem ficou maior porque o fiscal está entupindo os canais de transmissão da política monetária”, afirma Barros. “Tem muito estímulo fiscal acontecendo, e isso está tirando a potência da política monetária. É como se o BC tivesse uma bola de ferro no pé, que atrapalha de progredir

na direção da meta de inflação”, explicou Barros.

Ele vê semelhanças com o 2º mandato do governo de Dilma Rousseff. “É um momento parecido, com programas como o Vale-Gás, o Pé-de-Meia, a nova faixa do Minha Casa, Minha Vida”, arrematou.

Somente no ano passado, o governo federal dispendeu R\$

278,9 bilhões com o Bolsa Família e o BPC, sem contar renúncias tributárias de R\$ 544,5 bilhões em 2024.

“O gasto tem apresentado uma tendência de crescimento quase independente dos governos de plantão”, afirma o economista-chefe da Warren e especialista em contas públicas Felipe Salto.

Drex poderá influir na gestão monetária

Por Marcello Sigwalt

Ferramenta de análise para a gestão da política monetária. Assim classificou uma das funcionalidades do Drex – criptomoeda concebida pelo Banco Central (BC) para ‘tokenização’ do mercado financeiro – o engenheiro e auditor da autoridade monetária, Henrique Videira, ao antever que a moeda digital também servirá para consolidar a análise mais ‘acu-

rada’ de consumo por grupos e decisões mais precisas com relação à Selic.

Nesse contexto, Videira avalia que uma ampla gama de dados, desde ativos financeiros, imóveis, veículos, entre outros) poderá ser incluída na rede de registro distribuído (DLT), em desenvolvimento pelo BC no Drex, para facilitar o acesso às respectivas informações. “Quando você tiver um universo muito maior de informações

e dados, vai tornar a política monetária muito mais eficiente”, completou.

Como exemplo, o auditor do BC citou o caso dos automóveis, cuja base de dados do Senatran não permite saber quantos estão em circulação ou pesquisar aspectos, como compra e venda. “Se você tiver tudo concentrado ou tiver grande parte tokenizado no ambiente Drex, você vai ver o fluxo de entrada, o fluxo de saída, o

quanto está sendo a reconstrução, a compra, a venda, imóvel. Você vai ver o quanto está sendo gerado de novos negócios, o quanto estão sendo vendidos os imóveis, se está tendo uma inflação dos imóveis ou não”, comentou Videira.

O futuro superapp do Drex permitirá ao usuário final acesso consolidado ao saldo de todos os bancos e à posição atualizada de investimentos (ações, títulos, e debêntures).

Metade da indústria usa energia limpa



Uso de energia limpa saltou de 34% para 48%, de 2023 a 2024

Com a urgência de combater as mudanças climáticas, a indústria brasileira tem intensificado os esforços para incorporar fontes renováveis de energia no processo produtivo. Em 2024, 48% das empresas afirmaram investir em ações ou projetos de uso de energia hídrica, eólica, solar, biomassa ou hidrogênio de baixo carbono, segundo pesquisa realizada pela Confederação Nacional da Indústria (CNI).

O percentual representa um salto significativo em relação a 2023, quando 34% das empresas indicaram iniciativas voltadas à geração de energia limpa. Os resultados integram pesquisa encomendada pela CNI à Nexus, que entrevistou 1 mil executivos de indústrias de pequeno, médio e grande porte de todos os estados brasileiros entre 24 de outubro e 25 de novembro de 2024.

Entre as indústrias que

investiram em programas ou ações para o uso de fontes renováveis de energia, a autoprodução foi a principal estratégia (42%). Elas buscaram, sobretudo, reduzir custos (50%).

Regionalmente, o Nordeste se destaca como líder em termos de investimentos em pro-

jetos de energias renováveis. De acordo com o estudo, 60% das indústrias da região apostam em projetos de energia limpa. No Norte e Centro-Oeste, o índice é de 56%; no Sul, 53%; e no Sudeste, 39%.

Inovação – Aumentou também o número de indús-

trias que consideram a energia renovável e a inovação como estratégias para a descarbonização. Em 2024, 25% das empresas indicaram o uso de fontes renováveis como prioridade para reduzir emissões de gases de efeito estufa (GEE), um crescimento de 2 pontos percentuais em relação a 2023.

No quesito inovação, o avanço foi ainda mais expressivo: o percentual de empresas que priorizam a inovação tecnológica para descarbonização passou de 14% em 2023 para 20% em 2024.

Mais de 60% das empresas entrevistadas têm interesse em financiamento para adequação do maquinário para fins de descarbonização. Por outro lado, a 9 em cada 10 reclamam da falta de incentivo tributário para as ações de descarbonização industriais. As três maiores fontes renováveis da matriz elétrica nacional são: hídrica, eólica e biomassa.

Para 62% de empresas, economia recua

para contração”, diz a autarquia, no relatório de divulgação da PEF.

A razão de IFs que veem a economia em “boom” – ou seja, no pico do ciclo – caiu de 18% em fevereiro para 7% nesta edição. A proporção dos que veem recuperação passou de 12% para 11%, enquanto os que avaliam que o ciclo é de expansão avançaram de 13% para 19%.

Assim como em fevereiro,

nenhuma IF avaliou que haja recessão no País. Para 1%, a economia está em depressão (o ponto mais baixo do ciclo), a mesma taxa da edição anterior.

A PEF revela que houve um crescimento na percepção de que a alavancagem das famílias está crescendo, com a proporção de IFs que consideram o grau “elevado e com tendência de alta” saltando de 19% em fevereiro para 31% nesta edição. Ao mesmo tempo, a razão dos

que veem a alavancagem “elevada e com tendência de queda” diminuiu de 33% para 19%.

Para 93% das IFs, o Comitê de Estabilidade Financeira (Comef) deveria manter o Adicional Contracíclico de Capital Principal do Brasil (AC-CPBrasil) em zero.

Instituições do Sistema Financeiro Nacional (SFN) consideram que o cenário externo é o maior risco à estabilidade financeira nos próximos três anos.